



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

MARTINS SARMENTO E POSSIDÓNIO DA SILVA. UM OLHAR SOBRE A TROCA EPÍSTOLAR.

MARTINS, Ana Cristina Nunes

Ano: 1999 | Número: 109a

Como citar este documento:

MARTINS, Ana Cristina Nunes, Martins Sarmiento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar. *Revista de Guimarães*, Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999, p. 213-221.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



casadesarmiento

centro de estudos do património

Martins Sarmiento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar.

Ana Cristina Nunes Martins

Revista de Guimarães, Volume Especial, I, Guimarães, 1999, p. 213-221

O principal objectivo da presente comunicação/artigo consiste em contribuir para um melhor conhecimento das actividades encetadas por *Martins Sarmiento* no âmbito da salvaguarda do património arqueológico, em particular, e histórico, em geral, ao mesmo tempo que pretendemos demonstrar uma sintonia -diríamos mesmo cumplicidade, em alguns casos-, partilhada com outra das personalidades de oitocentos que a essa problemática mais se dedicou, ou seja, *Possidónio da Silva*.

Concernentemente a esta temática, constatamos que já no ano de 1877, Martins Sarmiento verificava e divulgava o facto de na *Citânia de Briteiros* ocorrerem actos do que denominava de "vandalismo", por parte das populações locais, uma vez que «...os lavradores visinhos, julgando poder achar ahí thesouros encantados, tem demolido muitas das casas circulares...»¹.

Facto este surgido na sequência do facto de «*No princípio do anno findo, teve (...) o illustrado sr. dr. Martins Sarmiento, a feliz idéa de fazer acertadas investigações no monte da Citania, na altitude de 336m,57, a 8 kilometros, por estarem alli apparentes algumas ruinas de fabrica moderna, mas que a tradição referia terem pertencido a uma antiga povoação existente no dito local...*»².

¹ A.N./T.T., *Correspondência Artística e Científica, Nacional e Estrangeira com J. Possidónio da Silva*, 2ª série, t.IX, em 8.ª, 1877, doc.1465. Inédito.

² SILVA, J.P.N. da, "Novas descobertas archeologicas em Portugal. Britonia" in *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2ª série, t.II, nº2, Lisboa, Typographia Lallemand Frères, 1877, p.27; SARMENTO, F.M., *Expedição Científica à Serra da Estrella, em 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p.22.

Situações como a anteriormente descrita de destruição do património arqueológico, não eram de todo incomuns no nosso país, à altura, revelando os mesmos um certo estado de desconhecimento e de desinformação por parte das populações do interior, relativamente às questões directa e indirectamente respeitantes à importância das descobertas, divulgação e preservação dos vestígios materiais de ocupações antigas em solo português.

Este será, ademais, um dos campos privilegiados e eleitos por parte dos estudiosos nacionais de então, os quais, em pleno século XIX, dedicaram-se à protecção dos monumentos históricos. Empenhamento este somente viável com o advento da Regeneração e o início de uma maior estabilidade política, passada que estava uma das épocas mais conturbadas da nossa história. É na sua sequência que assistimos a um permanente esforço -nem sempre frutuoso-, por parte de algumas desses investigadores, no sentido de sensibilizar as populações para a relevância das antiguidades encontradas nas suas localidades e regiões, e subsequente conservação das mesmas.

Evidentemente que a compreensão da importância dessa mesma preservação tornava-se mais complexa a partir do momento que os objectos encontrados reportavam-se a épocas históricas, das quais pouco se conhecia, à altura, comparativamente com outras que, por uma série de razões (nomeadamente de índole ideológica), eram bem mais estudadas. Efectivamente, serão, nesta fase, os monumentos pré e proto-históricos os que mais se ressentirão do estado de relativo desconhecimento dos seus próprios processos internos e externos. Martins Sarmiento seria o próprio a confirmar esta realidade quando afirmou que «*Estes vestígios da alta antiguidade, que deviam ser sagrados, são precisamente os mais expostos á destruição, porque de todo o mundo...*»³.

Vestígios da alta antiguidade estes que constituiriam o cerne dos seus interesses arqueológicos, sublinhando sempre a existência de uma população indígena, com produções autóctones, para a época abarcada pela denominada Proto-História. As investigações de Martins Sarmiento representavam dessa forma uma tendência que aprofundava-se e instituía-se nos restantes países europeus, na época, nos quais os estudos arqueológicos e históricos começavam a sobrelevar a importância das investigações relativas a ocupações

³ A.N./T.T., *Correspondência...*, t.IX, em 8^a, 1877, doc.1486. Inédito.

humanas integradas num âmbito cronológico denominado de pré-clássico⁴. Investigações essas que sublinhavam a relevância cultural das comunidades indígenas⁵. Daí a importância que os estudos etnográficos tiveram nas investigações e obras concretizadas por Martins Sarmiento.

Terá sido por aprofundar e, de certa forma, confirmar esta sua convicção que Sarmiento escreve a Possidónio, quando da descoberta por este efectuada de machados de bronze, dizendo: «*Já pelos jornaes sabia das importantes descobertas feitas por V.Ex.^a nos dólmens d'Elvas e bati as mãos. O achado dos machados de bronze, confirmando a suposição de ter sido implantada em tempos antigos no nossos paiz esta industria, tem um maior valor, que ninguém pode contestar*»⁶. Teoria de uma indústria do bronze endógena desenvolvida e divulgada por Possidónio, entre outros locais, no artigo que redigiu por ocasião do *IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, ocorrido em Lisboa, no ano de 1880, intitulado *Les découvertes des haches de bronze d'un type nouveau*.

Martins Sarmiento, escrevendo a Possidónio da Silva (então presidente da *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*) relativamente a estas temáticas da conservação do património, refere que «*O nosso paiz está ainda sufficientemente bruto e mais do que nunca se torna indispensavel uma cruzada contra o obscurantismo, e o que é peor é, contra o vandalismo*»⁷, referindo simultaneamente que Possidónio, ele próprio, poderia «*...muito (...)* fazer com a sua poderosa influência...»⁸, aludindo muito particularmente a todo um capital social que Possidónio tinha vindo a consolidar e a aumentar desde a sua chegada definitiva a Portugal em 1833, proveniente de Paris, cidade na qual tinha adquirido a maior parte da sua formação académica.

Mas não seria apenas Martins Sarmiento a constatar e a lamentar esta situação destrutiva. Possidónio da Silva deparou-se igualmente durante as múltiplas viagens de estudo que realizou pelo país durante a sua vida, com situações tão ou mais graves da ocorrida na Citânia de Briteiros. Na verdade, também no monte de S.ta Luzia,

⁴ CORREIA, Vergílio, "No centenário do nascimento de Francisco Martins Sarmiento" in *Biblos*, vol.IX, Coimbra, Of. da Coimbra Editora Lda, 1933, p.540.

⁵ R.B.N., *Correspondência Arqueológica de Borges de Figueiredo*, Mss.202, nº10, Hübner, 1889.

⁶ A.N./T.T., *Correspondência...*, t.XIII, em 8^o, 1880, doc.2452. Inédito.

⁷ *idem, ibidem*.

⁸ *idem, ibidem*.

em Viana do Castelo, Possidónio confirma, no ano de 1877, «...a destruição das construções antigas, que eu tinha explorado n'aquelle solo...»⁹. Será na sequência destes acontecimentos que Martins Sarmiento escreve a Possidónio da Silva afirmando que «*Já sabia (...) que as ruínas de S.ta Luzia tinham sido postas a saque...*», referindo que, tal como acontecera nestas, «*A Citania tambem continua a ser arrazada novamente por alguns dos seus visitantes.*»

Consciente desse facto, Martins Sarmiento e Possidónio da Silva envidam esforços conjuntos por forma a sensibilizar as populações locais para a importância, e urgência mesmo, da preservação das ruínas da Citânia, organizando, entre outras medidas, um encontro, denominado *1.ª Conferência Arqueológica Nacional*. Na realidade, pelo que pudemos apurar até ao momento, Possidónio terá sido uma das pessoas que terá afirmado «...*que as ruínas da Citânia (...) eram dignas de ser estudadas...*», donde, uma das que mais influenciou Sarmiento nesta sua decisão¹⁰.

Conferência esta que teve lugar no seio desses mesmos vestígios habitacionais: «...*convidou algumas das pessoas que se dedicam aos estudos archeologicos em Portugal, para que reunidas em Citania, fizessem uma conferencia ácerca da epoca e da raça, a que pertenceriam as referidas ruínas*»¹¹. Entre elas contavam-se Possidónio da Silva, Luciano Cordeiro, Teixeira de Aragão, Felipe Simões, Nery Delgado, Augusto Soromenho, figuras marcantes da arqueologia e política de protecção dos monumentos históricos do Portugal de oitocentos.

Conferência que estaria inicialmente prevista para realizar-se no mês de Novembro de 1877, mas devido ao mau tempo que assolou a região durante essa altura, ficou adiada¹², tendo sido efectuada em plena primavera do ano seguinte, «...*no dia nove de Junho infallivelmente...*»¹³, como, ademais, seria noticiado num dos números do *Boletim da Associação dos Architectos*, no qual afirmava-se que «*No dia 9 do corrente deverá verificar-se em Guimarães a*

⁹ *idem, ibidem*, doc.1143. Inédito.

¹⁰ Carta de F.M. Sarmiento de 14 de Março de 1877, citada por FERREIRA, O. da V., "Correspondência epistolar entre Martins Sarmiento e Nery Delgado" in *O Arqueólogo Português*, série III, vol.III, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1869, p.239; SAMPAIO, José, "Francisco Martins de Gouvêa Moraes Sarmiento" in *Revista de Guimarães*, nº1, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1884, p. 45.

¹¹ SILVA, J.P.N. da, "Novas descobertas archeologicas em Portugal. Britonia" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.II, nº2, 1877, p.28.

¹² A.N./T.T., *Correspondência...*, t.XIII, em 8ª, 1880, doc.1426. Inédito.

¹³ *idem, ibidem*, doc.1470. Inédito.

importante conferencia sobre as interessantes ruinas do monte de S.Romão de Briteiros»¹⁴. Será nesse mesmo ano, 1877, que Martins Sarmiento será igualmente proclamado sócio efectivo da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

Este encontro, para além de ter chamado àquele local diversas personalidades da vida pública com responsabilidades locais, constituiu igualmente uma forma mais de divulgar o andamento das investigações que decorriam nesse monumento (demonstrando, conseqüentemente, uma actividade contínua, implicitamente expressando a importância desses mesmos estudos), apelando concomitantemente à protecção, por parte de quem de direito e da população em geral, da Citânia, elucidando-os, para tal, acerca da sua importância para o estudo tanto da história local como da regional.

Simultaneamente, este revelava-se simultaneamente um meio de despertar a curiosidade intelectual por parte de investigadores estrangeiros, os quais, obtendo informações mais aprofundadas acerca do monumento, poderiam visitá-lo contribuindo dessa forma para a sua divulgação nos respectivos países apoiando, assim, indirectamente, a salvaguarda do mesmo. Internacionalização essa que ocorreria somente após a deslocação a Guimarães dos congressistas deslocados a Portugal para participarem no anteriormente referido 9.º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica de Lisboa, em 1880 (*Vide Supra*)¹⁵.

Todavia, sabemos que as discussões científicas que desenrolaram-se em torno das investigações realizadas na Citânia, não obtiveram os objectivos almejados inicialmente, crítica que terá sido avançada primeiramente por Possidónio, corroborada posteriormente pelo próprio Martins Sarmiento quando, em carta enviada àquele, escreve ter sido «*Bem merecida é a censura que V.E.^a faz aos conferentes da Citania. Infelecidade do nosso paiz: sempre beaucoup de bruit pour rien!*»¹⁶.

Martins Sarmiento lamenta-se igualmente - e frequentemente -, da falta do apoio necessário que as entidades oficiais de direito deveriam conceder para uma frutífera pressecução

¹⁴ SÁ VILELLA, "Cithania" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.II, nº2, 1877, p.30.

¹⁵ CARDOZO, Mário, "A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Sociedade Martins Sarmiento. Duas instituições precursoras dos estudos arqueológicos em Portugal" in *Arqueologia e História*, sep. vol.I, Lisboa/Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1966, p.149.

¹⁶ A.N./T.T., *Correspondência...*, t.XIII, em 8ª, 1880, doc.1561. Inédito.

das investigações arqueológicas no nosso país, questionando da seguinte forma essa problemática: «*Mas onde estão os sinceros amadores destas cousas? V.E.x e um; que é dos outros? E que auxilios dam os nossos governos a trabalhos desta ordem?*»¹⁷, numa constatação de que Possidónio seria dos poucos nacionais que dedicava-se aos estudo das antiguidades do país, uma vez que deteria os meios materiais necessários para efectuar os muitos périplos que concretizou ao longo da sua existência. Ademais, como afirmaria numa outra epístola a Possidónio, «*Infelizmente (...) os cultores desta sciencia são poucos e esses poucos muito preguiçosos*»¹⁸. Os outros, mesmo que verdadeiramente interessados nesse tipo de investigações, dificilmente poderiam concretizá-las se, não possuindo os meios absolutamente necessários para as efectuar, não conseguissem obter esses financiamentos por parte de entidade oficiais, ou particulares que fossem.

A falta de protecção das antiguidades nacionais por parte do governo será um tema constantemente rebuscado por parte de Martins Sarmento, por ser nele que encontrava uma das poucas soluções para a salvaguarda de todo um vasto património existente em solo português: «*...o abandono em que todos os nossos governos deixam tudo o que pode interessar á archeologia, quando tão facil seria salvar tanta cousa...*»¹⁹. Situação esta que Martins Sarmento conheceria de perto, uma vez que as escavações que empreendeu na Citânia de Briteiros, entre 1875 e 1884, foram efectuadas a suas despensas, sem qualquer apoio logístico, material, pecuniário, que fosse, por parte das entidades oficiais²⁰.

Martins Sarmento demonstra igualmente nesta sua correspondência uma visão muito clara, concreta, respeitante à forma (ou formas) pelas quais o governo poderia (e deveria) concretizar uma eficaz protecção dessas mesmas antiguidades nacionais. Segundo a sua convicção, seria imprescindível «*Uma ordem, um aviso do governo às Camaras Municipaes para não aforarem terrenos, onde houvesse vestigios d'antiguidades, livrando esses terrenos dos monhantos, e deixando as mas nozes, para os pobres seria bastante, creio eu, p.*

¹⁷ *idem*, t.X, em 8.^a, 1878, doc.1588. Inédito.

¹⁸ *idem*, t.XVII, em 8.^a, 1886, doc.2532. Inédito.

¹⁹ *idem*, t.XII, em 8.^a, 1879, doc.2024. Inédito.

²⁰ CORREIA, Vergílio, "No Centenário da nascimento de Francisco Martins Sarmento" in *Biblos*, vol.IX, Coimbra, Of. da Coimbra Editora Lda., 1933, p.546.

salvar muita cousa», medida a tomar tão urgentemente quanto fosse possível, uma vez que verificava-se frequentemente que «...as Camaras aforam tudo a torto e a direito, e, se uma velha povoação -e tantas ha por todo o Minho e Traz os Montes!- cahi nas mãos d'um particular, adeus a archeologia!»²¹, numa alusão ao facto de, por um lado, não existir, à altura, uma legislação que protegesse eficazmente o património histórico que pertencesse a particulares e, por outro, uma desinformação relativamente às questões inerentes à importância do estudo, divulgação e salvaguarda desse mesmo património, por parte das Câmaras Municipaes, as quais, nestes assuntos, como em muitos outros, procediam, muitas vezes, à revelia do poder central, muito embora esse facto fosse consequência de um então ainda existente vazio legislativo em Portugal.

Ademais, Martins Sarmiento acreditava serem muito poucos os que, verdadeira, apaixonada e desinteressadamente dedicavam-se à investigação das antiguidades nacionais. Encontrava-se convicto de que, bem pelo contrário, a sua maioria era constituída por personalidades que a elas dedicavam-se apenas passageiramente, fruto de uma moda circunstancial, numa expressão de romantismo tardio. É nesta sequência que afirma: *«A maior parte dos amores pela archeologia são como as rezas e pode servir de prova o nada a que ficou reduzido o numero d'antiquarios que, ha dois annos, vimos florescer por aqui. Tudo desapareceu...»²²*, numa referência ao entusiasmo momentâneo surgido em consequência da descoberta da Citânia de Briteiros e de toda a azáfama em redor da Conferência Nacional que aí se realizou em 1877, atraindo o olhar curioso dos conterrâneos.

Entretanto, Possidónio da Silva projecta a que virá a denominar-se *Commissão dos Monumentos Nacionaes*, colocando Sarmiento a par dos trâmites necessários ao seu bom andamento, pelo que inferimos do conteúdo de uma das cartas que este investigador lhe envia: *«A noticia que V.Ex.^a me dá de ter obtido do governo auctorização para pôr em relevo a importancia d'alguns dos nossos monumentos...»²³*. Assim que, em 1883, Possidónio foi oficialmente indigitado para o cargo de presidente daquela Comissão, Martins Sarmiento expressa a sua viva concordância e regozijo com as

²¹ A.N./T.T., *Correspondência...*, t.XII, em 8^a, 1879, doc.2024. Inédito.

²² *idem*, t.XI, em 8^a, 1879, doc.1820. Inédito.

²³ *idem*, t.XII, em 8^a, 1879, doc.2024. Inédito.

seguintes palavras: «*Folgo bem que o governo encarregou a V.Ex.cia da tarefa de tratar dos nossos monumentos. Não podia escolher melhor. Já á Camara de Guimarães chegou o signal cherobato que V.E.^a deu...*»²⁴, aludindo, com toda a certeza, ás circulares que eram enviadas ás Câmaras Municipais do país por parte da Comissão, na pessoa do seu presidente, solicitando-lhes informações detalhadas ácerca dos monumentos históricos e arqueológicos existentes nas respectivas regiões administrativas, por forma a proceder á sua posterior inventariação.

Não obstante a ideia e empenhos meritórios por parte de iniciativas congéneres, Martins Sarmento demonstrava algum cepticismo relativamente à eficácia dos mesmos: «*...tenho pouca fé nas informações das Camaras. Estas corporações nem sabem disto, em geral, nem querem saber, nem podem saber. Por ahi está tudo cheio d'antigualhas, mas a maior parte da gente olha e não a vê*»²⁵, evidenciando bem o estado de desconhecimento por parte das populações, em geral, e das instituições administrativas, em particular, relativamente ás características inerentes aos diversos monumentos pertencentes ás diferentes épocas históricas, conhecimento das quais possibilitaria a sua detecção por parte daquelas entidades oficiais.

Precisamente por isso, Sarmento escreverá algum tempo mais tarde, comentando o facto de poucas terem sido as Câmaras a responderem ao questionário: «*Quanto à resposta que deu a Camara anonyma, de que V.E. falla, isso não me surprehende*»²⁶, para a seguir afirmar ser «*...singular que onde eu tenho encontrado mais sincero amor pelas nossas antiguidades é na gente do povo*»²⁷, referindo-se às pessoas mais simples, habitantes de longa data da região, com um apego há muito enraizado pela sua terra, pelas suas tradições, acarinhando todas as evidências que os caracterizasse e diferenciasses das demais regiões limítrofes, bem como do restante país²⁸.

Será precisamente para colmatar esta ignorância por parte da maioria das populações que Martins Sarmento avança com uma proposta/solução: «*Um questionario, acompanhado de desenhos, taes como antas, mamões, etc., dirigido aos parochos, com instancia dos*

²⁴ *idem*, t.XV, em 8^a, 1882, doc.3027. Inédito.

²⁵ *idem*, *ibidem*.

²⁶ *idem*, t.XXI, em 8^a, 1882, doc. 4112. Inédito.

²⁷ *idem*, *ibidem*.

²⁸ SARMENTO, F.M., "Para o pantheon Lusitano" in *Revista Lusitana*, vol.I, Porto, Livraria Portuense, 1887-1889, p.228.

*administradores para olharem com atenção pelo que se recommendava, seria talvez o meio mais proficuo d'obter algum resultado»*²⁹. Depreendia-se muito naturalmente destas suas palavras, serem, à época, os sacerdotes as pessoas mais indicadas para o cumprimento de uma tarefa similar, fosse por serem das que melhor conhecessem as regiões das respectivas paróquias, fosse ainda por serem as mais preparadas culturalmente para o fazerem. Por outro lado, Martins Sarmento, ao sublinhar a importância do clero em tarefas congêneres, criticava, de uma forma implícita, o seu desconhecimento concernentemente aos monumentos atribuíveis a épocas históricas mais longínquas, desconhecimento esse, em parte, devido a questões do foro teológico, e , por outra parte, em consequência do ainda pouco desenvolvimento que os estudos versando sobre monumentos afins, vinham tendo no seio dos nossos investigadores.

Possidónio partilhava destas preocupações de Sarmento, levando-o mesmo a concretizar algumas medidas direccionadas no preenchimento desse mesmo desconhecimento por parte dos membros eclesiásticos nacionais. Mas este será um assunto a ser por nós analisado oportunamente.

Conjuntamente a estas questões de salvaguarda do património arqueológico reportável à Proto-História, Martins Sarmento evidenciou igualmente interesse pela conservação e restauro de monumentos históricos pertencentes a épocas mais recentes.

É nesse sentido que envia carta a Possidónio na qual afirma: «*Eu como que já pedi a protecção de V.E.^a para a conservação do Claustro de S. Domingos de Guimarães*»³⁰.

Martins Sarmento pretendia adquirir para instalação do núcleo museológico da *Sociedade Martins Sarmento* aquele claustro, um pouco à semelhança do que tinha sucedido com Possidónio da Silva relativamente à aquisição da Igreja do Convento do Carmo, em Lisboa. Será nesse sentido que dirige-se por carta a Possidónio, por forma a interceder junto das entidades oficiais, por forma a que lhe fossem cedidas as dependências do antigo Mosteiro de S. Domingos, conhecido sobretudo pelo seu claustro gótico de finais do século XIII³¹.

²⁹ A.N./T.T., *Correspondência...*, t.XV, em 8^o, 1882, doc.3027. Inédito.

³⁰ *idem*, t.XIII, em 8^o, 1881, doc.2491. Inédito.

³¹ CARDOZO, Mário, "A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Sociedade Martins Sarmento. Duas instituições precursoras dos estudos arqueológicos em Portugal" in *Arqueologia e História*, sep. vol.I, Lisboa/Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1966, p.151

Em 1874, o então Ministro das Obras Públicas solicitou o parecer da *Real Associação* relativamente á forma mais correcta de executar o restauro da Igreja de *S.Miguel do Castelo de Guimarães*, uma vez que «...a incuria de quem lhe cumpria velar pela sua conservação, deixou arruinar o telhado, a ponto de abater», sendo que «Com mais alguns annos de abandono, desmoranar-se-hiam as paredes pouco a pouco...»³².

Pedido este que tinha sido remetido a uma *Comissão* pertencente àquela *Associação*, entretanto formada especificamente para aquele fim³³. O membro escolhido pela Comissão para deslocar-se a Guimarães afim de analisar o estado de degradação e concluir das necessárias obras de restauro a efectuarem-se na mesma, foi o Conselheiro *Feijó*, o qual, ademais, tinha-se também ele oferecido para ir pessoalmente examinar o monumento.

Após a sua deslocação a Guimarães o engenheiro *Feijó* «...redigiu o parecer da commissão com tanto acerto e conhecimento da arte, que foi aprovado pelos outros membros da commissão...»³⁴, tendo, a esse propósito, recebido um voto de louvor por parte da *Assembleia Geral* da mesma *Associação*³⁵.

Em 1876 Martins Sarmiento tomou a iniciativa de restaurar a aludida Igreja de daquela cidade, respeitando a sua traça original, seguindo o seu estilo primitivo³⁶. «O Sr. Sarmiento comprehendeu, que a restauração d'aquelle templo deveria fazer-se o mais rigorosamente possivel, no estylo e costumes da epocha em que primitivamente fôra construido»³⁷, uma vez que os seus cónegos tinham durante muito tempo, deturpado «...o interior dos magestosos templos que lhes estavam confiados, pintando de azul e ouro, e revestindo de azulejos as abobadas das naves, as suas laçarias e paredes»³⁸. Consequentemente, foi a Igreja «...reedificada e restaurada, conservando a sua antiga simplicidade e pureza de estilo, exemplo muito raro nas reconstrucções dos edificios antigos, a que se tem procedido n'este reino»³⁹.

³² REDACÇÃO, "A egreja de S.Miguel de Guimarães" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.V, nº4, 1886, p.63.

³³ SILVA, J.P.N. da, "Chronica" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.I, nº4, 1874, p.64.

³⁴ REDACÇÃO, "A egreja de S.Miguel...", p.64.

³⁵ CORREIA, Valentim J., "Synopsis" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.I, nº6, 1875, p.89.

³⁶ SÁ VILELLA, "Medalha da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.I, nº10, 1876, p.146.

³⁷ *idem*, *ibidem*, p.147.

³⁸ RIBEIRO, Carlos, "A Archeologia" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.I, 1876, p.7.

³⁹ REDACÇÃO, "A egreja de S.Miguel em Guimarães" in *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t.V, nº4, 1886,



casadesarmento

centro de estudos do património

Esse procedimento traduzia-se, no fundo, na concretização da então denominada *unidade de estilo*, teoria de restauro dos monumentos nacionais, segundo a qual deveriam-se retirar aos mesmos todos os elementos interiores e exteriores que não pertencessem cronológica e esteticamente ao estilo em que tinham sido primitivamente construídos. Teoria que foi largamente difundida e aplicada pelo arquitecto francês *Viollet-le-Duc*, o qual teve, como constata-se, os seus seguidores em território nacional.

As questões aqui debatidas não ficaram, de modo algum, esgotadas com as conclusões por nós avançadas. Pretendemos, isso sim, que esta nossa breve exposição constitua uma pequena introdução a um trabalho que esperamos alargar e aprofundar num futuro que desejamos não muito longínquo.

p.64.